

# Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO VI - Nº 44 - FEVEREIRO / MARÇO DE 2018

Bárbara Zaiden

## EDITORIAL

### Intervenção na academia

A crise de segurança pública no Brasil foi agravada em 2017, quando tiveram início rebeliões em presídios em diversos estados. Não diferente, 2018 começou com uma intervenção militar no Rio de Janeiro. Em meio a isso, as universidades são atacadas, agora não mais só no orçamento.

O médico Elisaldo Carlini (Unifesp), maior pesquisador do uso medicinal de maconha no Brasil, foi intimidado pelo MP-SP e responde a inquérito por apologia às drogas. Na UnB, o MEC solicitou ao MPF uma investigação por improbidade administrativa. O motivo é a oferta da disciplina *Tópicos Especiais em Ciência Política 4: o golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil*. Em resposta, a Unicamp ofertou a mesma disciplina.

No ano passado, o reitor Luiz Carlos Cancellier suicidou-se após ter sido preso sob acusações de desvio de verbas na UFSC. Na UFMG algo parecido: o reitor e a vice-reitora foram conduzidos coercitivamente para depor. Ambas são investigações da Polícia Federal.

Na UFG, o professor Elias Rassi, ex-secretário municipal de saúde de Goiânia, vivencia situação semelhante. Ele responde a quase 200 processos referentes ao período em que era secretário. Atualmente, Rassi está com todos os bens bloqueados. A quantidade de comparecimento a reuniões com advogados e audiências trazem dificuldades em se manter em sala de aula.

Os diversos casos de cortes de orçamento e de intervenções nas universidades comprovam que a academia brasileira também está na mira do Governo Temer: futuro incerto.

Redação: (62) 3202-1280

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com



## Insalubridade

*Redução no adicional mobilizou os ICBs e a universidade recuou*

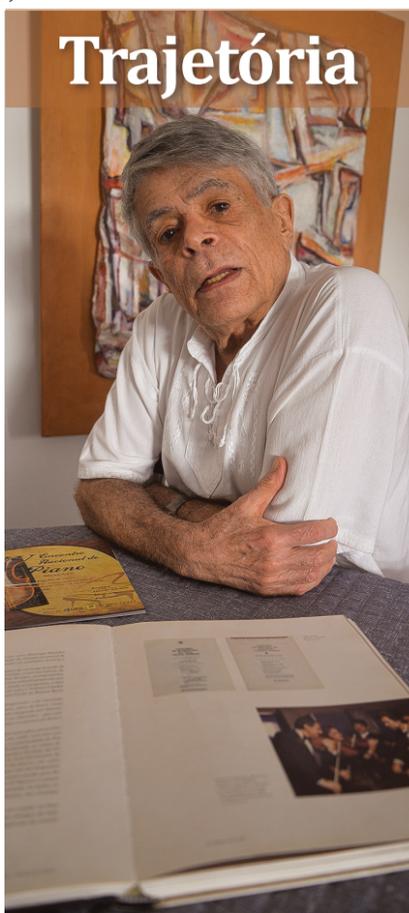
*Incêndio no laboratório da EA comprova falta de segurança*

Página 6

## Entrevista

Edward Madureira assume reitoria em meio a crise política **Páginas 8 e 9**

José Abrão



## Trajectoria

◀ *Fluminense de nascimento, goiano de coração, Luís Medalha é um pianista mundialmente renomado*

Página 16

## 40 anos

Hélio Furtado relembra a fundação do Sindicato Adufg, em 1978

Página 13

## Dia da Mulher

Professoras do INF são destaque em pesquisas

Página 7



História de luta das irmãs Mirabal

Página 7

# Adufg prestação de contas

## Dezembro de 2017

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	622.406,29
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	17.710,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.838,21
1.4	Receitas Financeiras	7.774,18
1.5	Outras Receitas	15.594,62
1.6	Resgate de aplicações financeiras	278.879,76
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	1.956,39
<b>Total R\$</b>		<b>942.246,67</b>

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	74.533,34
2.1.2	Encargos Sociais	58.524,97
2.1.3	Seguro de Vida	624,44
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	11.874,60
2.1.5	Ginástica Laboral	550,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	44.993,61
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	806,20
<b>Total R\$</b>		<b>191.907,16</b>

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	1.962,58
2.2.2	Despesas com Correios	3.110,55
2.2.3	Energia Elétrica	4.370,35
2.2.4	Honorários Advocatícios	7.785,00
2.2.5	Honorários Contábeis	5.500,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	41.501,16
2.2.8	Honorários de Auditoria	1.450,48
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	4.004,84
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	3.607,32
2.2.11	Vigilância e Segurança	313,50
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.300,00
2.2.13	Serviços de Informática	1.553,95
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	9.355,01
2.2.15	Água e Esgoto	512,92
<b>Total R\$</b>		<b>86.727,66</b>

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	3.269,61
2.3.2	Despesas com Táxi	805,41
2.3.3	Despesas com Coral	4.343,25
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	615,11
2.3.5	Diárias de Viagens	7.754,25
2.3.6	Tarifas Bancárias	477,03
2.3.7	Lanches e Refeições	2.472,73
2.3.8	Quintart	0,00
2.3.9	Patrocínios e Doações	18.913,20
2.3.10	Manutenção de Veículos	10,00
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	53.450,34
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	1.906,18
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	752,06
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campeste	7.818,50
2.3.16	Hospedagens Hotéis	1.844,80
2.3.17	Material de expediente	881,88
2.3.18	Outras despesas diversas	1.856,94
2.3.19	Manutenção e Conservação	1.319,85
2.3.20	Homenagens e Condecorações	600,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	2.458,12
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.259,98
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	588,32
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	0,00
2.3.25	Festa do Professor Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Eleições	0,00
2.3.27	Despesas com manifestações	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	59,50
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	1.800,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	736,28
<b>Total R\$</b>		<b>116.993,34</b>

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	2.542,10
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	316,05
<b>Total R\$</b>		<b>2.858,15</b>

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Profes Federação	26.971,63
<b>Total R\$</b>		<b>26.971,63</b>

<b>Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$</b>	<b>425.457,94</b>
<b>3 Resultado do exercício 12.2017 (1-2)</b>	<b>516.788,73</b>

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	17.118,50
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	1.329,05
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>18.447,55</b>

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	5.880,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>5.880,00</b>

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação CDB/ FUNDO DE INVESTIMENTO	500.000,00
<b>Total R\$</b>		<b>500.000,00</b>

<b>Total Geral dos Investimentos R\$</b>	<b>524.327,55</b>
<b>5 Resultado Geral do exercício 12.2017 (3-4)</b>	<b>-7.538,82</b>

## Janeiro de 2018

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	347.811,63
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	140,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	2.235,92
1.4	Receitas Financeiras	8.239,44
1.5	Outras Receitas	769,18
1.6	Resgate de aplicações financeiras	0,00
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>359.196,17</b>

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	64.769,88
2.1.2	Encargos Sociais	38.817,99
2.1.3	Seguro de Vida	592,98
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	1.119,97
2.1.5	Ginástica Laboral	550,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	1.990,86
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	1.157,27
<b>Total R\$</b>		<b>108.998,95</b>

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	1.995,63
2.2.2	Despesas com Correios	435,71
2.2.3	Energia Elétrica	3.871,44
2.2.4	Honorários Advocatícios	7.785,00
2.2.5	Honorários Contábeis	3.750,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	10.070,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	1.450,48
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	4.960,39
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	3.607,32
2.2.11	Vigilância e Segurança	313,50
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	300,00
2.2.13	Serviços de Informática	1.880,89
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	7.650,00
2.2.15	Água e Esgoto	562,56
<b>Total R\$</b>		<b>49.032,92</b>

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	1.583,65
2.3.2	Despesas com Táxi	468,22
2.3.3	Despesas com Coral	4.250,65
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	352,00
2.3.5	Diárias de Viagens	3.350,70
2.3.6	Tarifas Bancárias	432,81
2.3.7	Lanches e Refeições	452,50
2.3.8	Quintart	0,00
2.3.9	Patrocínios e Doações	6.004,00
2.3.10	Manutenção de Veículos	2.143,00
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	75,93
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	1.931,63
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campeste	7.656,47
2.3.16	Hospedagens Hotéis	1.627,90
2.3.17	Material de expediente	121,00
2.3.18	Outras despesas diversas	5.742,78
2.3.19	Manutenção e Conservação	4.958,32
2.3.20	Homenagens e Condecorações	239,90
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	2.209,33
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	1.827,71
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	9,96
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	0,00
2.3.25	Festa do Professor Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Eleições	0,00
2.3.27	Despesas com manifestações	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	315,70
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	3.000,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	343,47
<b>Total R\$</b>		<b>49.097,63</b>

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	5.934,37
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	1.958,10
<b>Total R\$</b>		<b>7.892,47</b>

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Profes Federação	26.968,96
<b>Total R\$</b>		<b>26.968,96</b>

<b>Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$</b>	<b>241.990,93</b>
<b>3 Resultado do exercício 01.2018 (1-2)</b>	<b>117.205,24</b>

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	3.094,32
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	2.200,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>5.294,32</b>

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>0,00</b>

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação CDB/ FUNDO DE INVESTIMENTO	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>0,00</b>

<b>Total Geral dos Investimentos R\$</b>	<b>5.294,32</b>
<b>5 Resultado Geral do exercício 01.2018 (3-4)</b>	<b>111.910,92</b>



19ª Diretoria Executiva  
Sindicato dos Docentes das  
Universidades Federais de Goiás

**Flávio Alves da Silva**  
Diretor Presidente

**Walmirton Tadeu D' Alessandro**  
Diretor Vice-Presidente  
e de Comunicação

**Veridiana Maria Brianezi D. de Moura**  
Diretora-Secretária

**Daniel Christino**  
Diretor de Promoções Sociais,  
Culturais e Científicas

**João Batista de Deus**  
Diretor Administrativo

**Geovana Reis**  
Diretora de Assuntos Educacionais,  
de Carreira e do Magistério Superior

**Thyago Carvalho Marques**  
Diretor Financeiro

**Ana Christina de Andrade Kratz**  
Diretora de Convênios e de  
Assuntos Jurídicos

**Abraão Garcia Gomes**  
Diretor de Assuntos de  
Aposentadoria e Pensão

**Luis Antônio Serrão Contim**  
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

# Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS  
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES  
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO VI - Nº 44  
fevereiro/março de 2018

Professor Juarez Ferraz de Maia  
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira  
Projeto gráfico original

Kalyne Menezes (JP 2636 GO)  
Editora responsável

Bárbara Zaiden (JP 3228 GO)  
Edição e reportagem

José Abrão (JP 3331 GO)  
Reportagem

Stefanny Alves  
Estagiária

Diagramação: Bruno Cabral

Data de fechamento: 05/03/2018

Tiragem: 4.000 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

[jornaldoprofessor.adufg@gmail.com](mailto:jornaldoprofessor.adufg@gmail.com)

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -  
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

**Acompanhe nossas redes sociais:**

@adufgsindicato



[www.adufg.org.br](http://www.adufg.org.br)



Everton S. T. Rosa\*

## A economia brasileira em 2018: expectativas e certezas de um país entregue ao rentismo e à especulação financeira

A ciência econômica deve lidar com a existência inexorável da incerteza sobre o futuro e com a natureza sócio-política de qualquer sistema econômico. A atividade de previsão é especulativa, por isso pessoas e grupos – empresários, trabalhadores, famílias, banqueiros, homens públicos – “acham”, “acreditam”, “opinam” e “esperam” cenários para o futuro imediato e longínquo. Com essa base frágil, tomamos decisões que ditam a dinâmica econômica – investir produtivamente ou poupar, financiar um ativo ou bem, contratar mais ou demitir. Se entendermos as razões do desempenho passado da economia, podemos entender quais são as restrições e os raios de manobra existentes para a construção de um futuro, mas nunca saberemos o futuro.

A economia brasileira apresentou crescimento da ordem de 1% do PIB em 2017, operando com elevada capacidade ociosa na indústria<sup>1</sup>, tal como atesta o próprio COPOM (Comitê de Política Monetária). A expansão se deveu sobretudo à recuperação das exportações e do consumo das famílias frente à estagnação das importações, do consumo do governo e da formação bruta de capital fixo. A crise econômica e política de 2015 e 2016 contribuiu para a queda das importações e para a depreciação acelerada do câmbio (de 2,35 a 4,15 R\$/US\$ em 2015). Mesmo com a valorização média para 3,27 R\$/US\$ (2016) e 3,20 R\$/US\$ (2017), tem-se mantido superávits comerciais, sobretudo pela estagnação das importações, evidenciando a fraqueza da economia. O consumo das famílias não esteve baseado em expansão da renda e do nível de emprego formal. Cenários de elevada ociosidade da capacidade instalada e dos fatores de produção da economia são negativos para a recuperação do investimento e dinamização da atividade econômica. Apesar disso, o Governo tem adotado o marketing da “recuperação gradual” ou do “início da recuperação”.

Estamos longe desse cenário e não iremos reconstruir os canais do investimento produtivo e reverter a perda de dois anos de recessão. Longe de uma “retomada gradual”, o Brasil está entregue. Primeiro, a crise política, a guinada para a austeridade fiscal de Dilma e os retrocessos de Temer/Meirelles destruíram empregos formais e encadeamentos da atividade econômica. Segundo, os cortes e as reformas de cunho rentista têm acabado com a capacidade de estabilização da economia por parte do gasto público não-financeiro – congelado por duas décadas. Terceiro, a reforma trabalhista e seu complemento previdenciário enfraquecem a condição de trabalho e de vida digna após a contribuição laboral. Estes elementos enfraquecem o circuito efetivo do gasto e da geração de produto e do emprego, crucial para estabilizar a economia e alcançar a prosperidade. O desinvestimento em saúde, educação, universidades, tecnologia e inovação deixará o país e a população mais vulneráveis às investidas de especuladores e privatistas nas áreas de energia, alimentos, terras, minerais, indústria, transportes, saúde e defesa.

A inflação cedeu em 2017, refletindo também a fraqueza da atividade econômica. A redução da taxa nominal de juros (de 14,15 para 6,75% a.a), apesar de positiva, é insuficiente para a conjuntura de debilidade da economia brasileira. Nesse cenário de juros nominais e inflação em queda pela crise econômica, temos presenciado a alta das taxas de juros reais frente a juros ne-

gativos nos países desenvolvidos. Neste sentido, a criação da taxa de juros de longo prazo “indexada” (vinculada ao IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo) vai na contramão e apenas agrava o quadro de desincentivo ao investimento e financiamentos de longo prazo, criando mais volatilidade na economia, favorecendo a atividade especulativa.

A pressão pelo fim dos estímulos monetários nos países centrais (EUA, Zona do Euro, Japão) pode elevar as taxas de juros, obrigando a elevação da SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), uma vez que Banco Central e Fazenda não adotam ações para equilibrar as receitas e despesas de dólares do setor externo.

Com o congelamento de gastos não-financeiros e com a errônea política do Banco Central, o Estado não será o protagonista do investimento em 2018, mas continuará sendo do endividamento e do enriquecimento dos detentores de títulos<sup>2</sup>. Estamos à deriva em termos de estratégia de desenvolvimento. Sem expansão do Investimento Privado e Público, como já tem sido desde 2014, apenas fatores fora do alcance podem dinamizar a economia (o caso de 2017). Temos uma economia fraca e deterioração da ordem democrática e da cidadania, semelhantes à emergência do fascismo e do comunismo. O investimento deveria ter sido priorizado desde 2015, não como objetivo final das reformas, mas como a ação inicial da recuperação.

Estamos minando as bases do futuro ao inviabilizar os investimentos produtivos e congelar os investimentos na população em favor de juros e dívida pública. A dívida pública de 74% do PIB só irá ceder com crescimento econômico e esse não virá com ajuste fiscal e ataques à Constituição Federal. Enquanto o PIB talvez tenha crescido 1%, a dívida pública cresceu quase 6% em 2017. Por isso o rentismo é insustentável, a não ser que reverta a ordem constitucional e democrática.

A tão esperada eleição presidencial só é relevante pela certeza que traz: não importa quem será eleito. O perfil do presidente, dado o retrocesso do Congresso atual, apenas amenizaria algum aspecto da captura do Estado pelo rentismo, mas não romperia com a subordinação do setor produtivo e do trabalho ao ganho financeiro.

Apenas um pacto pela expansão do produto, da renda e do emprego irá recolocar a economia e a sociedade em situação de estabilidade e prosperidade, tal como ocorreu nas principais nações que se desenvolveram. Para 2018 devemos ter uma economia com desempenho fraco, sem sustentabilidade de crescimento, sem protagonismo do investimento e com agravamento da situação social. Porém, se houver reversão do comércio e das finanças internacionais, a crise econômica, política e social continuará se agravando.

1 - Cerca de ¼ na indústria de transformação.

2 - Dívida Pública Bruta do Governo Geral, em % do PIB: 56 (2015), 68 (2016) e 74 (2017).

\*Everton Rosa é professor do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE) da UFG



Robert Bonifácio\*

## Sobre o cenário político e eleitoral brasileiro

Qualquer reflexão minimamente responsável sobre a situação política e eleitoral do Brasil em 2018 requer, necessariamente, como ponto de partida, um olhar para cinco anos atrás. Das jornadas de junho de 2013 até o presente, os brasileiros vivenciaram um período ininterrupto de crise política que teve como principais produtos um golpe parlamentar contra a ex-presidente Dilma Rousseff, a subsequente conformação de um governo federal da história, a ascensão e mais impopular a pujança da Operação Lava Jato e a condenação legal do cidadão com maior capital político do país, Lula. O caos na política tem sido constante e a esperança da população, e também dos especialistas, é de que a situação se arrefeça após as eleições nacionais de 2018. Vislumbrar um cenário político de relativa harmonia e estabilidade antes das eleições é impossível.

A natureza dos protestos de junho de 2013 foi plural, uma vez que expressaram diversas demandas, foram conduzidos por pessoas e movimentos de variadas colorações partidárias e de posicionamentos ideológicos e as vozes advindas deles reverberaram em diversos alvos políticos. Mas, a despeito do repertório plural dessas manifestações políticas, as suas consequências podem ser interpretadas de maneira singular, isto é, o principal produto das jornadas de junho foi a ascensão de movimentos direitistas, sejam eles conservadores ou liberais.

A direita saiu do armário e não veio a passeio. Cidadãos e movimentos políticos direitistas, outrora desconhecidos do grande público ou que desenvolviam suas carreiras em arenas distantes da política, passaram a ganhar destaque na imprensa e a influenciarem a agenda política nacional: Movimento Brasil Livre (MBL), NOVO, Alexandre Frota, Kim Kataguiri, Olavo de Carvalho e Luciano Huck são alguns dos exemplos.

Porém, restringindo-se à arena eleitoral, quem ficou com a maior parte do espólio das jornadas de junho e da deposição de Rousseff foi Jair Bolsonaro. Capitão da reserva do Exército, defensor da ditadura e de torturas, o direitista conservador é deputado federal há 27 anos. Durante todo esse período, só aprovou dois projetos de lei e suas propostas concentram-se, em maior medida, nas áreas do militarismo e da segurança pública.

O que esperar de Bolsonaro caso ele seja eleito? Esta certamente é uma pergunta que está na cabeça de muitas pessoas, mas que é de difícil resposta. Primeiramente, porque Bolsonaro trabalha como um lobo solitário: é filiado a um pequeno partido (PSL) e não consegue, pelo menos até o momento, formar uma coligação que lhe dê um mínimo de estrutura político-partidária para disputar as eleições para Presidente da República. Logo, é difícil inferir que tipo de aliados políticos ele teria e quais diretrizes de gestão pública privilegiaria, se fosse eleito.

Em segundo lugar, também é difícil decifrar Bolsonaro porque, quando ele se manifesta publicamente, não demonstra possuir um raciocínio qualificado sobre questões caras ao país. Suas opiniões são superficiais e preconceituosas, o que inevitavelmente faz recair sobre ele a pecha de “meme ambulante”. Tamanha pobreza de raciocínio e de argumentação dificulta a leitura sobre as reais ambições que lhe

movem a disputar o cargo máximo do poder executivo nacional.

Para além dos movimentos e atores direitistas, a atuação do judiciário em anos recentes também é peça-chave para entendermos a atual conjuntura política nacional. Alçados a protagonistas da vida política nacional desde o escândalo do mensalão, os membros do judiciário atingiram o ápice de relevância com a eclosão da Operação Lava Jato. A amplitude das questões tratadas e a quantidade de políticos envolvidos nas investigações e julgamentos agravaram a já combalida confiança que os cidadãos possuíam em instituições e atores políticos. Nunca na história desse país a ideia de que “os políticos são todos iguais” mostrou-se tão arraigada.

A partir da conformação dessa tendência na opinião pública, abriram-se oportunidades para que cidadãos conhecidos por suas atuações fora da política debutassem neste terreno e também para que novos movimentos e atores políticos ganhassem notoriedade. Uma vez que a política tradicional é mal afamada, o caminho fica livre para que novos atores entrem e influenciem os rumos da política nacional. E é isso o que está acontecendo.

Figuras-chave do Judiciário, como Sérgio Moro e Deltan Dallagnol, transformaram-se, da noite para o dia, em heróis nacionais. É compreensível esse cenário, uma vez que eles foram responsáveis por prenderem importantes figuras do ambiente político e econômico nacional, como Eduardo Cunha, Marcelo Odebrecht e José Dirceu, por exemplo. Em tese, é positiva essa forte atuação de juizes, procuradores e promotores de justiça em prol de julgarem e, eventualmente, punirem corruptos de alta estirpe. Tal movimento pode fomentar na população a percepção de que a “casa cai para todos”, isto é, de que o primado da lei é vigoroso no país.

Contudo, o mais recente capítulo de condenações, a de Lula, no Tribunal Regional Federal da 4ª região, pode se constituir num retrocesso nesse sentido. A condenação pode se somar às lamúrias pela deposição de Rousseff e contribuir ainda mais para a conformação de uma tendência de ilegitimidade do regime político entre parcela significativa da população. Isto porque as evidências do processo contra Lula são, no mínimo, questionáveis e porque processos contra outros importantes políticos, como Aécio Neves e Renan Calheiros, parecem estar estacionados. O maior perigo quanto à incisiva atuação do Judiciário, no que pertine à Lava Jato, é a cristalização da percepção de que a justiça é implacável para uns, mas afável para outros.

A despeito de toda carga negativa presente na política hoje, a torcida – e não prognóstico – é de que as eleições de 2018 sejam um marco de transformação, em que a ascensão de um(a) novo(a) presidente eleito(a) democraticamente escanteie a agenda de impedimentos e de cassações no Congresso Nacional e introduza, como mote principal, discussões, votações e realizações de reformas e de políticas públicas.

\*Robert Bonifácio é professor de Ciência Política; de pós-graduação em Ciência Política (FCS) e em Direito e Políticas Públicas (FD); e coordenador do curso de Ciências Sociais, habilitação Políticas Públicas da UFG

# RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

## Perfil de professores

O Sindicato Adufg quer conhecer o perfil dos docentes. Para isso, serão entrevistados professores ativos, aposentados, inativos, filiados e não-filiados. A pesquisa é coordenada pela UFG.

## Professores qualificados

Os professores das universidades federais são os mais qualificados no Brasil, segundo relatório do MEC. A Universidade Federal do ABC é destaque, com 100% do corpo docente de doutores.

## 78% de doutores

De acordo com levantamento do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), 78% dos docentes federais possuem pelo menos um doutorado. Na UFG, do total de 2.498, 78,74% são doutores.

## Apologia?

O médico da Unifesp, Elisaldo Carlini, responde a inquérito por apologia às drogas. Ele foi intimado por uma promotora do MP-SP por causa de um seminário sobre maconha, organizado pelo professor desde 1995.

## Histórico

Ele é considerado o maior pesquisador sobre maconha do Brasil, com mais de 50 anos de atuação e já foi citado em mais de 12 mil artigos publicados.

## 200 processos

Professor Elias Rassi (IPTSP) responde a quase 200 processos e inquéritos referentes ao período em que foi secretário municipal de Saúde em Goiânia (2011-2012).

## MP-GO

O procurador geral do MP-GO, Benedito Torres, se reuniu em janeiro com Elias e representantes da Universidade para tratar do assunto. Ele se mostrou perplexo com a quantidade de processos. Acompanhado do ex-reitor Orlando do Amaral, Elias também se reuniu em 2017 com o presidente do TJ.

## Intervenção

O MEC interviu na UnB por causa da disciplina *A disciplina Tópicos Especiais em Ciência Política 4: O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil*, ofertada pelo professor Luís Felipe Miguel.

## Improbidade?

O ministério pediu que a disciplina fosse investigada pelo MPF por improbidade administrativa. Em apoio, a Unicamp ofertou disciplina com o mesmo nome.

## UFJ E UFCAT APROVADAS

A Comissão de Cultura, Educação e Esporte (CE) da Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprovaram a criação das universidades Federal de Jataí (UFJ) e Federal de Catalão (UFCAT). Falta apenas a sanção presidencial.



Setor de grandes animais do Campus Jatobá (Jataí) está interdito pela Vigilância Sanitária e por um engenheiro da segurança do trabalho da UFG há mais de um ano. Desde então, professores e estudantes precisam ir até as fazendas para as aulas de campo mas enfrentam dificuldades em conseguir transporte. Agora a busca é para angariar recursos para a construção de um novo espaço. A confecção da planta foi iniciada, segundo a professora Cecília Moreira, da Medicina Veterinária.



Esse cachorro e um gato fazem companhia ao guarda do setor interdito. O campus de Jataí não é muito diferente do Samambaia no que diz respeito à presença dos animais. Cães e gatos podem ser vistos em todos os prédios, além de vasilhas de água e ração para os bichinhos. Estudantes e técnicos não poupam esforços ao montar abrigos para que eles se protejam da chuva e do frio.

## Conape

A data da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape) vai ocorrer entre os dias 24 e 26 de maio deste ano. O evento ocorre em Belo Horizonte (MG). A organização é do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE).

## Cepae entre as melhores

O Cepae da UFG está em 103º lugar, entre as melhores escolas públicas do Brasil no ranking da Folha de S.Paulo. Entre os colégios goianos ficou em segundo lugar. A pesquisa foi baseada nas notas do Enem de 2016.

## Fundação RTVE

A professora Silvana Coleta (FIC) está na direção da Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural (Fundação RTVE). O mandato é para os próximos quatro anos. Ela sucede o professor Juarez Patrício (EA).

## Cortes na Ciência

O orçamento para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) foi reduzido em 10%. A pasta perde R\$ 477 milhões da verba para 2018.

## 30 bilhões do Fies

O ministro da Educação, Mendonça Filho, declarou que o antigo modelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) era insustentável para os cofres públicos, podendo gerar rombo de R\$ 30 bilhões.

## Sustentabilidade

Segundo ele, o Novo Fies garante "sustentabilidade para o sistema". O programa agora é dividido em três modalidades com novas formas de financiamento.

## Novas pós-graduações

O MEC reconheceu 58 novos cursos de pós-graduação pelo país, homologados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) após avaliação da Capes. Em Goiás, foi aprovado apenas o programa de mestrado em Engenharia Aplicada e Sustentabilidade, do IF Goiano.

## Novos Espaços

Adufg Sindicato adquiriu dois novos terrenos para a expansão do sindicato e dos serviços oferecidos a todos os sindicalizados.

Fotos: Bárbara Zaiden



## Cortes do adicional de insalubridade são arbitrários

Sem justificativa, UFG reduz valor pago pelo adicional de insalubridade desde 2012. Reduções dos ICBs foram canceladas

No início de 2017 a discussão sobre pagamento de insalubridade de professores da UFG foi acalorada. Houve a redução de 20% para 10% nos valores de todos os professores e técnico-administrativos dos Institutos de Ciências Biológicas (ICBs). Após um indicativo de greve e reuniões com os professores, o Sindicato Adufg e a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Pró-Pessoas, antes Prodirh), em 02 de março a UFG suspendeu as reduções dos ICBs.

Contudo, desde 2012 professores e técnico-administrativos enfrentam essas reduções sem justificativas por parte da universidade. Em Jataí, professores também têm discutido ações para exigir a manutenção das porcentagens em 20%. Em meio à crise de segurança do trabalho e às pressões contra a UFG, um incêndio atingiu um laboratório da Escola de Agronomia (EA).

“Eu garanto para você que nenhum professor gostaria de receber insalubridade: desde que as condições de trabalho fossem adequadas”, afirma o professor Leandro Gonçalves, do ICB. Ele ainda relata que há discrepâncias entre as porcentagens recebidas por professores que desempenham as mesmas atividades nos mesmos laboratórios. “As pessoas ficam indignadas porque a univer-

sidade não dá uma estrutura e muito menos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) para seus técnico-administrativos e docentes; e o que acontece é que elas ficam expostas aos mais diversos riscos”, completa.

Em novembro de 2013 a *Comissão de Estudos Quanto à Aplicação das Normas em Vigor Pertinentes aos Adicionais de Insalubridade e Periculosidade nos Ambientes de Trabalho da UFG* entregou propostas de ações a serem adotadas a curto, médio e longo prazos. Os laudos foram realizados entre 2010 e 2013. “Considera-se razoável que, temporariamente, o grau máximo de insalubridade encontrado no setor seja conferido a todos os servidores alocados naquele ambiente”, afirma a Comissão no documento. Outra informação é de que a diferença de valores pagos para as mesmas funções fere os princípios de isonomia.

A universidade, contraditoriamente, usou esses mesmos relatórios para justificar as reduções das gratificações de insalubridade dos professores do ICB em 2017. O Sindicato Adufg protocolou um pedido de revisão dos laudos e um pedido anulação do ato administrativo que transforma o adicional de insalubridade de grau máximo para grau médio.

“São várias razões. A primeira delas é porque não teve processo

administrativo formalizado: os professores não tiveram oportunidade a exercer o contraditório, a ampla defesa. Em segundo lugar, o próprio documento [da Comissão, de 2013] evidencia que eles deveriam receber o grau máximo ao invés do grau médio”, afirma o assessor jurídico do Sindicato Adufg, Elias Menta. A professora Tatiane Ferreira, do curso de Engenharia de Alimentos, presenciou o incêndio na EA e enfrentou situação similar a de diversos docentes de todos os institutos, faculdades e regionais da UFG.

“Falaram que eu não tinha direito ao adicional. Tive que entrar com processo junto com o Adufg. Foi uma luta para que eles reconhecessem que os professores ali tinham esse direito. E ainda temos professores que não recebem”, disse. Mesmo trabalhando em laboratórios com reagentes com riscos de explosão a professora passou quatro anos sem receber o pagamento. Segundo João Francisco Martins, Diretor de Atenção à Saúde do Servidor e gestor do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), ao todo a instituição possui dois engenheiros de Segurança do Trabalho e dois médicos do trabalho para realizar as inspeções e os laudos em todos os laboratórios, incluindo as regionais.

## Dez minutos de tensão

O fogo que atingiu o laboratório do Curso de Engenharia de Alimentos da EA foi controlado por dois professores que tiveram que entrar na sala sem qualquer proteção. A prioridade foi desligar o gás e não havia uma válvula por perto para isso. Foi uma corrida contra o relógio que durou cerca de 10 minutos. “Eu e o professor Gabriel [Castiglioni, da Engenharia de Alimentos] saímos correndo. O fogo já estava alcançando a bancada e a geladeira e o laboratório é cheio de reagentes inflamáveis”, relata o professor Gilberto Goulart.

Um único extintor foi encontrado no prédio para conter o fogo. Esse e outros episódios demonstram que as condições de trabalho e estudos na UFG estão longe de serem ideais. No ano passado, um estudante de Medicina Veterinária sofreu um acidente fatal enquanto realizava atividades de estágio do curso de Agronomia. No Campus Jatobá da Regional Jataí é notável que o descarte e armazenamento de produtos químicos é impróprio, além de problemas nas instalações dos laboratórios.

Na Regional, os professores contam que os cortes no valor da insalubridade ocorrem desde 2014. Luís Contim, diretor para Assuntos Interinstitucionais do Sindicato Adufg e professor do Curso de Ciências Biológicas, relata que prédios e laboratórios apresentam falhas. Na unidade dele, por exemplo, há apenas uma porta e as janelas são gradeadas, o que impossibilitaria a saída rápida em uma emergência.

“Anos atrás tivemos um acidente com ácido sulfúrico que criou uma nuvem de gás escuro e tóxico. Por sorte o prédio estava vazio. É uma situação gravíssima”, diz Contim. O presidente do Adufg Sindicato, professor Flávio Alves da Silva, que visitou o espaço em fevereiro desse ano, completa: “Aqui ali é uma bomba relógio”. Vários reagentes para descarte estão armazenados do lado de fora, sob sol e chuva, abaixo de uma escada, ao lado de botijões de gás.



EA: válvula do gás ficava distante do laboratório



EA: professores apagam o fogo da EA



Jataí: descarte irregular de resíduos



Jataí: produtos químicos mal armazenados

# Mulheres na Ciência

## professoras do Instituto de Informática se destacam em pesquisas

Em pleno 2018 ainda é comum, até certo ponto, ouvir alguém dizer que os cursos de exatas, especialmente os que envolvem tecnologia, são “áreas masculinas”. Mas quem conhece a realidade sabe que não é completamente verdade. As professoras Telma de Lima e Deller Ferreira, do Instituto de Informática da UFG (INF), são exemplos de mulheres que se destacam na produção científica da UFG. Telma desenvolve, desde 2006, um *software* para agilizar o tempo de resposta das concessionárias de energia elétrica quando houver de falta de luz. Já a professora Deller criou uma metodologia para ensinar computação gráfica a um aluno que é deficiente visual. Os dois projetos possuem equipes formadas por outros docentes e estudantes.

A pesquisa de Telma é sobre um *software* que entra em ação quando ocorre uma falha de rede no fornecimento de energia, como por exemplo, um curto-circuito devido a uma queda de árvore ou poste. “A metodologia tem como objetivo minimizar o tempo em que as pessoas afetadas ficam sem energia. A ideia é ‘como eu posso mandar energia para um outro bairro que não foi afetado, através de outro local?’, é basicamente isso que [o software] faz”, conta a professora. A pesquisa começou a ser desenvolvida na Universidade de São Paulo (USP) e Telma entrou em contato com ela enquanto fazia o doutorado.

Atualmente, o projeto funciona parcialmente, em fase de testes, em uma concessionária do Paraná. O objetivo é testá-lo 100% em breve: “Hoje nós estamos em negociação. Ele vai integrar todo o sistema da companhia, incluindo a parte automatizada, que pode resolver problemas de forma remota”. O mais interessante são as vantagens práticas, tanto para o fornecedor de energia quanto para o consumidor. “Para o cliente a vantagem é que vai reduzir o tempo que ele fica sem energia. Se a pessoa fosse ficar duas ou três horas sem energia, o sistema pode encontrar uma solução e reduzir esse tempo para três minutos ou meia hora, dependendo da situação”, conta.

A pesquisadora Deller enfrentou um desafio muito diferente, ao desenvolver metodologias de ensino para um estudante que é deficiente visual. “Computação

As cientistas Telma de Lima e Deller Ferreira falam sobre suas pesquisas e o espaço feminino nas Ciências Exatas

“ É uma luta grande porque foi criado um mito de que exatas não é para mulheres ”

**Telma de Lima,**  
pesquisadora do INF



*A professora Telma desenvolve um software para facilitar o retorno de fornecimento de energia em caso de quedas*

“ De uns tempos pra cá é que começaram a escassear as meninas na computação. Inclusive hoje tem várias pesquisas para motivar as meninas, despertar o interesse em meninas ”

**Deller Ferreira,**  
pesquisadora do INF



*Ensino de computação gráfica para estudante deficiente visual é o foco da metodologia criada pela professora Deller*

gráfica tem a ver com geometria, com a visualização do objeto na tela do computador. Pensei: como vou ensinar isso [a um estudante cego]?”, conta. A professora então estudou sobre acessibilidade, entrevistou o aluno e a mãe e logo desenvolveu estratégias de ensino e adaptações. “Nós imprimíamos a parte bidimensional e passávamos cola em cima para ele conseguir

passar a mão nos gráficos. Na parte tridimensional a gente fazia objetos com barbante e com papelão para ele poder pegar e visualizar mentalmente”, explica Deller.

O resultado foi tão positivo que ajudou também no aprendizado dos demais alunos. “Computação gráfica é muito difícil, então a interação dele com os outros alunos foi muito rica. Usamos uma

técnica de aprendizagem colaborativa, dividindo a sala em grupos, era muito produtivo”, explica a professora. A metodologia ficou como legado e será utilizada novamente, com outro estudante que ingressou recentemente no curso.

### Mulheres nas exatas

Tanto a professora Telma quanto a professora Deller falaram sobre a experiência de serem mulheres profissionais das ciências exatas. Elas conhecem o lugar-comum, os preconceitos, o assédio, e conhecem mulheres que enfrentaram maiores dificuldades profissionais. “Quando nós falávamos que éramos mulheres da área de exatas, éramos vistas quase como um *ETzinho*. [Diziam] que a gente não deveria estar atuando nesta área, que foi muito tratada como uma área masculina”, conta Telma.

As duas percebem, porém, uma melhora nesse estigma por parte de quem não integra o mundo das ciências exatas. “Vejo que tem começado a crescer a presença das mulheres e todo um movimento mundial ressaltando o papel das mulheres de exatas, na informática”, disse Telma. A professora afirma que quem carrega esse preconceito deve observar o histórico da área. “No início da informática e da computação tem muitas mulheres envolvidas, começou com elas e só depois se tornou uma área dos homens”, explica.

“Nós temos nos sentido mais respeitadas, grandes pesquisadoras têm surgido”, prossegue Telma. Mas para ela o caminho ainda é longo: “é uma luta grande porque foi criado um mito de que exatas não é para mulheres”. E finaliza dizendo que sempre foi respeitada pelos pares e colegas de trabalho, o difícil é quebrar esta percepção para quem é de fora. “Isso acontece com pessoas que não conhecem a área e acham que é coisa de homem e que mulher não tem competência, o que não é verdade”.

Deller conta uma história parecida: “Curiosamente, quando eu comecei na computação era metade homem, metade mulher, tínhamos muitas mulheres. De uns tempos pra cá é que começaram a escassear as meninas na computação. Inclusive hoje tem várias pesquisas para motivar as meninas, despertar o interesse em meninas”.

# Edward Madureira assume

**Jornal do Professor: Na sua gestão será criada a Pró-Reitoria de Pessoas, que será um desmembramento da Prodirh. Qual é a necessidade de criar mais uma pró-reitoria?**

**Edward Madureira:** Na verdade não é bem um desmembramento, é uma reconfiguração. Hoje a Prodirh abrange outras áreas além da área de pessoas. O que estamos propondo é aglutinar todas as questões relativas a pessoas em uma única pró-reitoria. Primeiro, nós dedicaremos nessa pró-reitoria um setor voltado para os aposentados, passando a ter um canal mais direto de interlocução. Outra intenção é trazer para dentro dessa pró-reitoria os contratos dos terceirizados - que são pessoas que estão trabalhando dentro da UFG e sua contratação se dá pelo Cegef, por outros espaços. Uma política de pessoal que valorize, reconheça as pessoas, que pense no ambiente de trabalho e conseqüentemente seja um desdobramento em relação à saúde das pessoas.

**JP: As principais questões dos docentes, como progressão de carreira, insalubridade e aposentadoria serão tratadas pela Pró-Reitoria de Pessoas?**

**Edward:** Sim, sem dúvida nenhuma. A ideia é uma gestão focada nas pessoas. Nós precisamos que as pessoas [...] tenham o entendimento, a percepção de que as pessoas estão aqui para fortalecer e fazer a instituição crescer. Valorizar o atendimento, valorizar as relações dentro da instituição.

**JP: Em entrevista ao jornal O Popular o senhor falou sobre "integralizar uma gestão responsável e eficiente". O que significa isso?**

**Edward:** Isso é uma mudança de filosofia. O que a gente está propondo é: nós somos um organismo, formado por partes, e se essas partes não trabalharem de forma harmoniosa e colaborativa a instituição não avança. Precisamos criar uma cultura de entendimento de nossos papéis. E o grande papel é servir a sociedade e produzir conhecimento. [...] Acho que é fundamental ter professores, funcionários, técnico-administrativos, estudantes engajados em projetos [integrados].

**JP: A UFG sofreu duras críticas e passou por situações seríssimas devido à violência no campus Samambaia e em resposta criou novas propostas de segurança . O**

Em meio a uma crise política, o professor Edward Madureira Brasil assume seu terceiro mandato à frente da reitoria da UFG. A situação será diferente dos tempos de Reuni e expansão universitária e, por isso, ele propõe uma reestruturação nas pró-reitorias. Mas garante: não serão realizados novos cortes

cotidiano das pessoas, já vão ajudar bastante [...]. Nós já iniciamos os primeiros estudos nessa direção. Criamos a Secretaria de Segurança e Direitos Humanos, que vai cuidar disso nessa reestruturação.

**JP: Sobre a PM, foi proposta a criação de um ponto fixo na Praça Universitária e um protocolo de atuação no campus e no entorno. Vai ser mantido? Como vai funcionar?**

**Edward:** Não acho que o caminho seja esse. Lógico, precisamos de apoio na segurança em locais de alta vulnerabilidade, por exemplo, pontos de ônibus em determinados horários. [...] É fundamental que a gente tenha segurança. Muitos dos órgãos de segurança não têm pessoal formado e preparado para lidar com o nosso público, por isso o policiamento ostensivo no campus não é uma boa medida. Nós vivemos em uma sociedade preconceituosa e precisamos cuidar do que é mais importante: a universidade é um lugar de liberdade de pensamento e de expressão, mas não pode ser confundida com um lugar permissivo, por exemplo, para o tráfico de drogas. Isso precisa ser tratado com a inteligência dos órgãos de segurança porque nós não podemos conviver com traficantes dentro da universidade, mas isto não significa policiamento ostensivo. Significa inteligência para identificar e para tirar estas pessoas daqui.

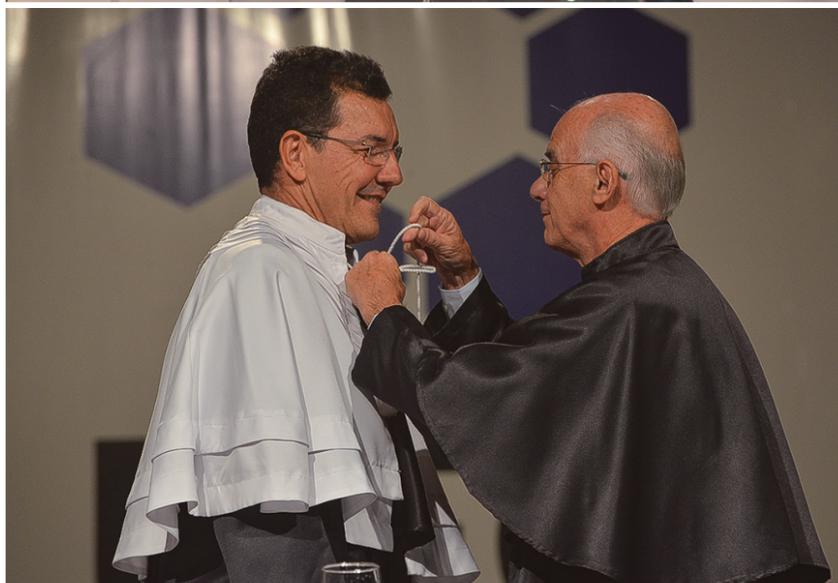
**JP: Ainda sobre segurança, a UFG sofreu com a morte de um graduando de Medicina Veterinária em 2017. Em 2018 ocorreu um incêndio em um laboratório da EA. Existe alguma proposta para garantir a segurança de professores e estudantes em trabalhos de campo e laboratórios?**

**Edward:** [A morte do estudante Lucas Mariano] Foi uma fatalidade, uma coisa extremamente lamentável. Sem dúvida houve imprudência naquele episódio. Nós temos uma universidade que é imensa e os riscos existem como em qualquer lugar [...]. Entendo que precisamos definir melhor e orientar melhor as pessoas que têm essas atividades [que precisam de material de segurança]. O que temos que fazer é aprimorar nossas normas internas. Penso que com uma boa política (e aí entra de novo a área de Pessoas, de formação e orientação dos nossos profissionais) a gente consiga avançar nesta questão e esperamos que não aconteçam casos como este novamente.



*"Nós somos um organismo, formado por partes, e se essas partes não trabalharem de forma harmoniosa e colaborativa, a instituição não avança", Edward Madureira*

Fotos: Barbara Zaiden



Professor Orlando do Amaral transfere beca para o professor Edward

**que já foi feito, o que você vai manter das propostas da gestão anterior e quais as novas ideias?**

**Edward:** O trabalho mais demorado e mais árduo foi feito: definir uma política de segurança, aprovada no conselho universitário. O nosso compromisso é dar prosseguimento. Esta política é bastante completa. Ela tem frentes de atuação nas mais diversas áreas, desde a iluminação,

podas de algumas árvores, campanhas educativas, passando por investimentos como a aquisição de câmeras, controle de acesso, até a relação com os órgãos de segurança naquilo que for pertinente. Não há que se reinventar a roda. E digo que dá para fazer muito. E, é claro, mudar a cultura dentro do campus. Medidas simples como um controle de acesso inteligente ao campus, sem afetar o

# reitoria pela terceira vez

**JP: E quanto ao orçamento e à infraestrutura da UFG, frente ao novo regime fiscal? Como a reitoria planeja conter gastos?**

**Edward:** Essa é uma luta que transcende a UFG. No cotidiano, buscaremos recursos de todas as formas: parcerias, colocando a nossa expertise à disposição do governo, de empresas, de organizações do terceiro setor. A universidade vai buscar os meios de reforçar o seu orçamento, além de se relacionar mais com a sociedade [...]. Mas precisamos que o nosso mantenedor reconheça a importância estratégica desse sistema e do nosso papel perante a sociedade e o desenvolvimento do país, para que sejamos realmente um agente do crescimento. É preciso construir uma grande defesa das instituições públicas de ensino superior.

**JP: Uma das bases da sua campanha foi trazer a população para a universidade. A curto e a longo prazo, como será feito?**

**Edward:** Essa é uma grande tarefa que a gente encomendou para a nossa Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Acho que isso é muito importante: ter mais eventos culturais, mais eventos como o espaço das profissões ou, por exemplo (essa é uma proposta do professor Orlando que não chegou a ser implementada), tipo domingo no campus. Precisamos, além de atrair pessoas para a universidade, fazer o movimento daqui para fora, seja no shopping, seja na periferia, seja na assistência. Levar atividades nossas, de ciência, de extensão e culturais, para fora, para o dia-a-dia da cidade. É uma forma de dialogar com a sociedade, articulando com vários atores.

**JP: O professor tem falado em criar parcerias da UFG com empresas privadas, mas sem perder a autonomia. Quão viável é isto? A UFG está pronta?**

**Edward:** Absolutamente viável. Nós não precisamos macular a nossa independência, a nossa liberdade de pensamento. Para nos relacionarmos com empresa, nós temos regras que permitem a preservação daquilo que é mais caro pr'a gente. Sempre dou um exemplo de sucesso: hoje, 70% da área plantada com cana-de-açúcar no Brasil é feita com variedades de cana desenvolvidas em conjunto por 10 universidades federais e a propriedade intelectual de todo esse material genético que é usado nas usinas continua sendo



*O abraço da despedida e das boas-vindas entre Orlando e Edward*

Fotos: Bárbara Zaiden



*Prefeito de Goiânia, Íris Rezende, o ex-reitor Joel Ulhôa e o reitor do Instituto Federal de Goiás Jerônimo Rodrigues*



*Apimama Yudja, estudante do Curso de Ciências da Natureza*



*Presidente do Sindicato Adufg, professor Flávio Alves, apresenta Orlando*



*Reitores e vices: Orlando do Amaral, Sandramara Matias, Manoel Chaves e Edward Madureira*

das universidades. Eles pagam para usar a tecnologia desenvolvida pelas universidades. Então é totalmente factível uma relação produtiva entre as duas partes. O que dificulta essa relação é realmente nossa história, a falta de tradição. O empresário desconfia da universidade, achando que ela é muito lenta, e a universidade desconfia do empresário, achando que ele só quer sugar o investimen-

to. A solução é quebrar essa cultura e isso não acontece da noite para o dia. É possível ter uma relação em que os interesses de ambas as partes sejam preservados e só temos a ganhar com isso. Temos o parque tecnológico Sambaíba, que começa a voar; temos o CRTI [Centro Regional para o Desenvolvimento Tecnológico e Inovação] que já atende às principais empresas do setor mineral e boa parte

das empresas do setor farmacêutico, resolvendo problemas complexos; ao lado temos o FarmaTec, projeto da Faculdade de Farmácia para o desenvolvimento de tecnologia na indústria farmacêutica.

**JP: Você declarou anteriormente que a cobrança de mensalidade está fora de questão. Porém, no ano passado, o MEC afirmou e reafirmou que este é o caminho que eles planejam seguir para manter o ensino superior no Brasil. Qual é a sua estratégia para lidar com isso?**

**Edward:** Primeiro temos que fazer um exercício de convencimento do governo, mostrar a nossa importância. Às vezes somos invisíveis para o governo, que não tem noção do que a gente alcança hoje porque temos dificuldade de mostrar o que fazemos. Partem do pressuposto de que quem estuda nas universidades são os filhos dos ricos. Uma das nossas pró-reitoras trouxe [em janeiro] um número de que praticamente 70% dos nossos estudantes hoje não conseguiriam pagar uma mensalidade por menor que seja. Temos apenas 17% dos jovens nas universidades. Se a gente pensa em ser um país desenvolvido, precisamos chegar a 50%! O nosso PNE [Plano Nacional de Ensino] fala em 33% até 2024. Para dobrarmos [o número] em seis anos só tem um jeito: ou a gente cria vaga pública ou a gente paga para essas pessoas estudarem. Nós não temos como pagar mensalidade. Temos um contingente de alunos que abandonam a UFG por não conseguirem pagar o ônibus. Somos um país de pessoas pobres que não podem pagar. Ainda precisamos pensar muito antes de cogitar cobrar uma mensalidade. Seria uma medida extremamente excludente e que vai empurrar as pessoas que podem pagar até mesmo para instituições fora do Brasil, podendo gerar uma perda de qualidade. Vamos ter que ir para esse embate com o MEC e precisamos ter respostas para todos os argumentos que eles têm no arsenal contra as universidades. Para o país crescer é preciso investir em gente, em formação, e isto está em educação de qualidade e excelência que é encontrada na universidade pública. Cobrar mensalidade é expulsar grande parte dos nossos alunos; e mesmo cobrar de uma parcela pequena vai gerar deformações na universidade, que podem nos colocar em uma situação bastante ruim.

# Professores da UFBA sofrem ameaças

Docentes e pesquisadores do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) sofreram, em novembro do ano passado, ameaças e preconceito contra pesquisas nas áreas de gênero, raça e diversidade. Segundo a diretora da Associação dos Professores Universitários da Bahia (Apub Sindicato) e vice-presidente do Proifes-Federação, Luciene Fernandes, a universidade reagiu.

“Estamos fazendo muitos atos tanto dentro da universidade quanto fora da universidade. Em todos os movimentos estamos levantando essa bandeira da liberdade, de professores e estudantes fazerem essas pesquisas”, declarou. Além disso, a professora conta que os professores receberam assessoria jurídica “para poder punir as pessoas que fizeram essas ameaças”.

Para ela, é necessário reagir ao avanço “do autoritarismo e do obscurantismo no país”. Luciene chama atenção para a gravidade da situação no ambiente de trabalho e ensino e destaca

que a universidade deve ser palco de discussões, sem ameaças à formação do pensamento crítico. Mas o que tem acontecido é contrário, a autonomia universitária está abalada. “Fazer este tipo de discussão é de extrema importância. Não é à toa que estamos sofrendo ataques, porque é mais fácil não existirem pessoas que possam fazer críticas”, completa.

Luciene comenta que a luta pela liberdade e igualdade é diária, já que a desigualdade e o sexismo são fatores intrínsecos da vivência social, presentes também nos movimentos sociais, nos sindicatos e nas universidades.

“Se temos uma sociedade machista, isso acaba reverberando dentro do movimento [sindical/social/político]”, explica. Apesar disso, a professora enfatiza que temos passado por um período de mudança e engajamento por parte das mulheres. “Por exemplo, no nosso sindicato, nós somos sete diretores e temos seis mulheres, inclusive a presidente. Acho que temos avançado, mas o caminho é longo”, finaliza.



Ascom Apub Sindicato

Professora Luciene Fernandes, presidente do Apub Sindicato

# A despedida de “Geraldão Alemão”

O professor emérito do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae) da UFG, Geraldo Faria Campos, faleceu no dia 12 de janeiro deste ano. Ele é reconhecido por seu trabalho na área de Língua Portuguesa, com foco na formação integral dos alunos, o desenvolvimento do gosto literário, do estilo de escrita, da análise e do espírito crítico.

“Fiquei 30 anos na universidade e nunca dei uma prova. Eles [coordenação pedagógica] não sabiam”, revelou o professor ao JP em janeiro de 2013, na edição de número 4, quando publicamos uma matéria com sua trajetória

Geraldo ingressou na UFG em 1971, onde lecionou durante trinta anos. Ainda em 2013 se queixou da falta de atenção dada pela universidade aos aposentados: “Não tem país onde os velhos são usados? Aqui a gente não tem função”, disse.

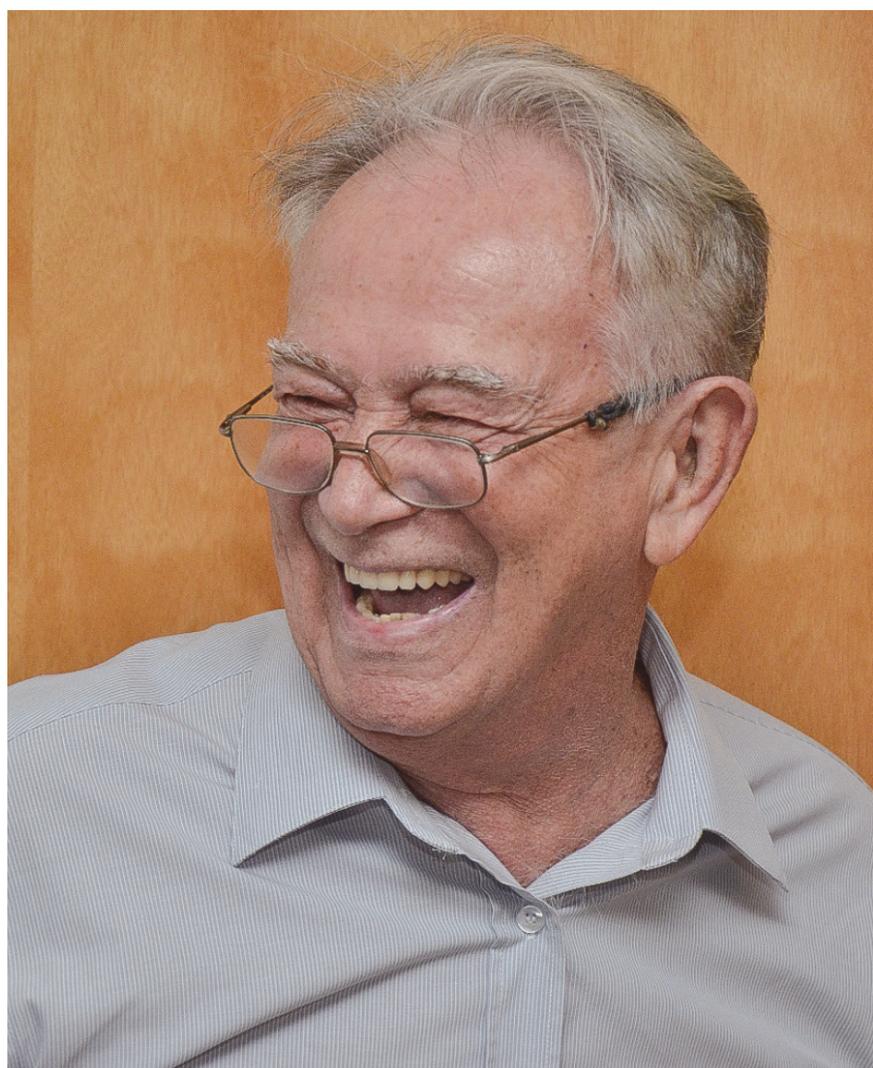
Em 2011 lançou o livro *Janelas da Liberdade* em um encontro com ex-alunos. Logo após en-

trevista ao JP recebeu o título de professor emérito da UFG. Tinha 80 anos de idade quando faleceu.

A reitoria da UFG decretou luto oficial. Na cerimônia de posse da reitoria, no mesmo dia da morte de Geraldo, o reitor Edward Madureira pediu um minuto de silêncio.

Em nota, o Cepae não poupou elogios ao “Geraldão Alemão”, como era conhecido. O apelido vem dos cabelos ruivos da infância. “As pessoas são insubstituíveis em sua existência, e quando são especiais, além da falta que fazem àqueles que as amam, deixam o mundo mais pobre. Sem o nosso amigo e professor, o mundo perde um pouco do seu brilho, alegria e cor”.

Elder Dias, jornalista do Jornal Opção, publicou texto também em homenagem ao professor. “‘Pensar dói’, costumava dizer Geraldo Faria Campos. Sua forma de ensinar português e sua atitude humanizadora na relação com seus alunos o fizeram mestre inesquecível de gerações”, escreveu Dias no jornal.



Carlos Siqueira/Ascom UFG

O professor Geraldo (Cepae) morreu aos 80 anos em Goiânia

# A luta das irmãs Mirabal

Neste mês do Dia Internacional da Mulher, o Jornal do Professor faz uma homenagem ao relembrar a história das irmãs Mirabal e a luta contra uma ditadura. Elas foram opositoras políticas da República Dominicana e são consideradas as responsáveis pela queda da ditadura de Rafael Leónidas Trujillo, o generalíssimo que governou o país caribenhoso com mão de ferro entre 1930 e 1961.

A história combativa é pouco conhecida no Brasil, mas as Mirabal são, até hoje, fonte de inspiração para mulheres de todo o mundo, especialmente da República Dominicana e dos demais países caribenhos. Ícones do movimento feminista latino-americano, são lembradas não apenas pela força política, mas por suas personalidades fortes e força de vontade individuais, sendo mulheres independentes e com educação (ainda nas décadas de 1940 e 1950).

Elas foram mortas pelo regime no dia 25 de novembro. A data se tornou o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher em homenagem às irmãs. Apesar de terem sido mortas em 1960, a data comemorativa foi criada apenas em 1999 e estabelecida na Assembleia Geral da ONU, proposta pelos representantes dominicanos e apoiada por mais de 80 países membros.

Foram executadas pela polícia secreta as irmãs Patria Mercedes, Minerva Argentina e María Teresa, todas casadas, com filhos e com educação superior. Se opuseram por mais de 10 anos ao governo trujillista. Elas eram filhas de Mercedes Camilo Reyes e Enrique Mirabal e nasceram no norte do país, perto da cidade de Ojo de Agua, em Salcedo. A família era proprietária de terras e de grande importância na região: Enrique Mirabal chegou a ser prefeito de Ojo de Agua.

## O início

A primeira a entrar na resistência foi Minerva, convencida por um tio e um amigo de colégio, que teve sua família assassinada pelo regime do ditador. Após terminar



*Patria Mercedes, Minerva Argentina e María Teresa Mirabal*

o Ensino Médio, Minerva estudou Direito e trabalhou ao lado do fundador do Partido Socialista Popular, Pericles Franco Ornes. Isto chamou a atenção da polícia secreta e ela foi presa e torturada pela primeira vez em 1949. Na ocasião, a jovem recusou avanços sexuais feitos pelo próprio ditador e acabou em prisão domiciliar junto com sua mãe, Mer-

“Las Mariposas” por causa do codinome usado por Minerva. Nos anos seguintes foram presas e torturadas muitas vezes, mas mesmo assim permaneceram no combate ao regime trujillista.

Elas foram presas pela última vez no final da década de 1950, após anos de oposição. Em maio de 1960, as três foram con-

“  
Se me matam, levantarei  
os braços do túmulo e  
serei ainda mais forte”

**Minerva Argentina Mirabal,**  
torturada e estrangulada em 1960  
pela ditadura dominicana

cedes. O pai, Enrique, também foi preso e torturado na fortaleza Ozama, sendo libertado e preso novamente em outras ocasiões até morrer em 1953.

Depois, acompanhada das irmãs Patria e María Teresa, elas criaram, junto com seus maridos, seu próprio movimento: o Agrupación 14 de Junio, data em que rebeldes fizeram um levante fracassado contra o governo de Trujillo. Elas então passaram a ser chamada de

denadas pelo Estado (junto com seus esposos) como terroristas, mas foram libertadas em agosto pelo ditador que queria mostrar o quanto era generoso. Porém, o real motivo foi a crescente pressão popular e a condenação internacional da prisão pela Organização dos Estados Americanos. Seus esposos, porém, continuaram presos. Poucos meses depois, em novembro do mesmo ano, elas foram emboscadas enquanto vol-

tavam de uma visita a um dos maridos na prisão. As três foram torturadas e estranguladas pelo Serviço de Inteligência Militar (SIM), juntamente com o motorista que as levava.

Os corpos chegaram a ser colocados em um jipe que foi jogado barranco abaixo para simular um acidente automobilístico. A morte das irmãs, ao invés de esmagar a oposição, fez delas mártires, transformando em realidade a frase mais famosa atribuída a Minerva: “Se me matam, levantarei os braços do túmulo e serei ainda mais forte”. Menos de um ano depois, em 30 de maio de 1961, o governo caía com o assassinato de Trujillo.

A única irmã que não se envolveu na luta contra a ditadura foi Bélgica Adela, a caçula, que viveu até o ano de 2014. Conhecida como “Dedé”, ela se tornou duas vezes guardiã: protetora dos filhos das irmãs e do legado político e histórico deixado por elas. Em 1962, os envolvidos no assassinato das irmãs Mirabal e do motorista foram julgados e condenados a penas que variavam entre 20 e 30 anos de prisão. Eles não ficaram presos: militares simpatizantes do antigo regime arranjaram para que os culpados fugissem do país.

Hoje, a propriedade onde elas viviam foi transformada em um museu que conta a história e conserva roupas e demais pertences, mantido por Dedé. A história também virou livro pelas mãos da escritora dominicana Julia Álvarez, *No Tempo das Borboletas*, que mais tarde foi adaptado para o cinema, e são lembradas no romance *A Festa do Bode*, de Mario Vargas Llosa.

Outra homenagem foi na província de Salcedo: rebatizada, passou a se chamar Hermanas Mirabal, além de um monumento na capital dominicana, Santo Domingo. Embora a data de 25 de novembro tenha se tornado o Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher (1999), a data já era comemorada na América Latina desde 1981. Originalmente, foi criada durante o primeiro Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, que ocorreu em Bogotá (Colômbia).

# UFG suspende pagamento de complementação a aposentados

O processo existe há quase 28 anos. Oito anos após decisão judicial, a universidade suspende os pagamentos

No último dia de fevereiro aposentados e pensionistas tiveram uma confirmação: a complementação que eles recebiam foi suspensa pela universidade. Na década de 1990 teve início esse que é um dos processos mais antigos de professores contra a UFG. Aposentados e pensionistas solicitaram ao Poder Judiciário uma equiparação de valores entre docentes que ingressaram na universidade como estatutários (do RJU) e os valores recebidos por esses aposentados.

Os 17 envolvidos no processo inicial se aposentaram antes do Regime Jurídico Único (RJU) da universidade e da Constituição Federal de 1988, por isso a diferença. Em agosto de 1994 o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) decidiu em favor dos docentes. A UFG entrou com Ação Rescisória, pedindo a rescisão dessas decisões e a ação tramitou até chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF).

No ano de 2009, 19 anos após a decisão favorável, a má notícia: o STF entendeu que os professores não tinham direito de receber a complementação. Eles deveriam receber apenas o valor de aposentadoria da Previdência Social (celetistas).

Contudo, a universidade nunca tomou atitude e os docentes e pensionistas continuaram recebendo os valores determinados em 1994. Em agosto de 2016 a Advocacia Geral da União (AGU), representada pelo procurador federal Petrônio Martins Arruda Júnior, determinou que a universidade cumprisse a determinação dada pelo STF no ano de 2009. Mas apenas em dezembro do ano passado a UFG começou a colocar em prática a decisão da justiça e iniciou a redução nos pagamentos.

A assessoria jurídica do Sindicato Adufg está à frente da defesa de oito casos, a maioria de idosos com idades acima de 80 anos. No final de 2017, foi solicitado à reitoria a manutenção dos pagamentos, mas a universidade

foi irredutível. O recurso, então, foi levado ao Consuni (Conselho Universitário), também negado pela reitoria.

“A UFG só tem respondido que ‘o contraditório foi indeferido’. Encaminhamos um documento com 13 páginas, com vários pedidos, e essa sempre foi a resposta, que negava o direito de ampla defesa e contraditório”, diz o advogado do sindicato, Elias Menta. Após as tentativas frustradas de diálogo para resolver internamente, o Sindicato Adufg entrou com mandado de segurança com pedido de liminar. Enfim a universidade foi intimada pela Justiça Federal e o prazo mês de março para a UFG se manifestar é até março.

“ Agora eu nem sei como vou viver, porque eu vou receber só pelo INSS ”

**Terezinha Nogueira,**  
pensionista

## Os apelos não ouvidos

O professor Hélio Furtado do Amaral (FIC) foi um dos afetados pela redução. Aos 91 anos de idade, ele sente enorme desrespeito por parte da instituição à sua história e as contribuições dadas enquanto esteve ativo. E explica ao JP que as reduções anunciadas no ano passado são consequência da falta do recadastramento de uma pensionista, que sofre de Alzheimer.

A luta de Hélio pela manutenção dos pagamentos existe desde o início do processo, em 1990. Ele já recorreu a parlamentares, ministros e até mesmo ao presidente da república. Em 2009 enviou cartas ao então presidente Lula: “Foi o único que teve a decência de me responder. Ele disse que não tinha condições de atuar sobre

o assunto, pois estava nas mãos do Judiciário. Tecnicamente ele estava certo, mas eu ainda acreditava que ele poderia dar um impulso”, conta o professor.

No mesmo ano, o ministro da Educação, Fernando Haddad, e o ministro de Estado dos Negócios do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, também foram acionados. No início de 2018, ele apelou a um parlamentar goiano.

À ombudsman da Folha de S.Paulo, Hélio escreveu em dezembro do ano passado. “Os procuradores chegam ao deslante de propor, neste dezembro, o corte radical ou parcial dos proventos dos docentes. A alegação é de que não foi efetivado o recadastramento anual ou de que o salário, ora questionado, representou condescendência das Instituições Federais”, dizia o texto.

Foram inúmeros apelos e tentativas do professor Hélio Furtado de chamar atenção para a situação enfrentada pelos docentes e pensionistas da UFG. Nenhum foi ouvido e os valores, pagos pela universidade durante mais de vinte anos, afinal foram retirados dos pagamentos.

Terezinha Bueno Nogueira é pensionista, viúva do professor Miguel Arcanjo Nogueira (antigo FCHL). Com um filho de 43 anos com Síndrome de Down e precisa fazer tratamentos especiais em São Paulo. Ela está desesperada e explica que o marido fez mestrado e doutorado sempre com o objetivo de dar à família condições de vida confortáveis, que agora estão ameaçadas pelas reduções da gratificação.

“Agora eu nem sei como vou viver, porque eu vou receber só pelo INSS. Eu até adoeci [quando recebi a notícia]. Depois que estamos velhas, a despesa com medicamentos aumenta. Eu e a minha turma estamos desesperados. Eu tenho fé em Deus, quem sabe [consequiremos] reversão”, disse Terezinha.

## LINHA DO TEMPO

### 1990

- 17 professores entram com processo pedindo a equiparação de aposentadoria

### 1994

- TRT é favorável aos docentes e pensionistas.  
- A UFG começa a pagar a diferença de valores

### 2009

- 15 anos depois da decisão favorável  
- STF decide que os professores e pensionistas não têm direito ao reajuste, mas a universidade continua pagando os valores  
- Professor Hélio encaminha apelo ao presidente da república e a ministros

### 2016

- AGU determina que a UFG cumpra a decisão de 2009 e pare de pagar os complementos

### 2017

- 27 anos depois do início do processo  
- 8 anos após decisão da AGU  
- UFG inicia os cortes no pagamento  
- 8 aposentados e pensionistas ainda estão no processo  
- Adufg Sindicato retoma diálogo com a universidade e não obtém retorno satisfatório

### 2018

- Professor Hélio encaminha cartas a parlamentar e à ombudsman da Folha de S. Paulo  
- Adufg entra na justiça com pedido de liminar e de mandado de segurança  
- UFG tem até março para se manifestar

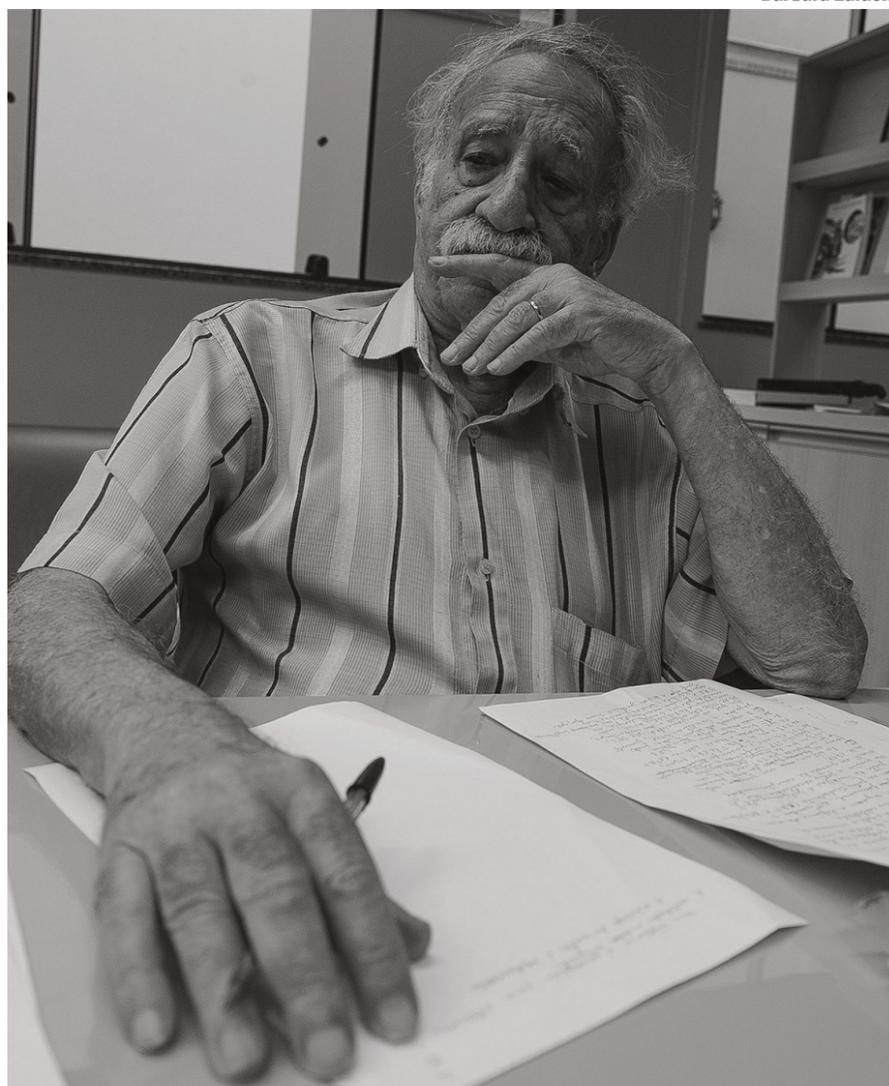
# 40 anos de história: a fundação do Adufg

Com apenas 31 professores inscritos, a primeira reunião da associação ocorreu no dia 21 de dezembro de 1978

Durante a entrevista para o JP, o professor Hélio Furtado do Amaral apresenta uma edição amarelada de 1988 do extinto *Jornal da Adufg*, com discurso e artigos dele que relembavam a fundação do Adufg Sindicato, que completava 10 anos à época da publicação. Junto da edição ele traz um fac-símile da ata da primeira reunião, ocorrida no dia 21 de dezembro de 1978, no auditório do antigo Instituto de Matemática e Física (IMF). “A ideia foi minha”, conta Hélio, que na época era presidente do colegiado dos cursos de Ciências Humanas e Letras. “Tínhamos 31 minguadas inscrições”. Até então, não havia qualquer tipo de união: “A gente não tinha nada, não existia a experiência de uma associação de docentes de universidades federais”. Quem dá eco às declarações de Hélio é o professor Sérgio Paulo Moreyra, do curso de História, tesoureiro na fundação e vice-presidente da primeira diretoria. “Não tínhamos nenhuma representação. Nessa época, em vários lugares do Brasil, os professores estavam começando a se organizar. Então a gente se mobilizou”.

Sérgio conta que, antes da existência de uma sede, a associação funcionava em uma sala emprestada. “O professor Ary [Monteiro] era diretor da Medicina e cedeu uma sala naqueles barracões para a associação funcionar”. Embora a adesão inicial tenha sido baixa, Sérgio concorda com Hélio ao lembrar que logo o Adufg começou a ganhar corpo, com a formação da primeira diretoria: “Foi como se muita gente estivesse esperando que alguém tomasse a iniciativa. Depois disso foi só militância, militância e militância”.

Tudo teve que ser construído do alicerce para cima. Durante 32 anos continuou sendo associação e só em 2014 foi aprovada a transfor-



Bárbara Zaiden

Hélio Furtado: a ideia era defender os professores

mação em sindicato local, que renderia mais autonomia. “A nossa ideia era criar a associação para defender os direitos do professor. Basicamente a associação foi criada pra isso. O resto é acidente”, diz Hélio. Agora, completando 40 anos desde a fundação, o Adufg Sindicato já teve 15 presidentes, 18 diretorias e tem 2.526 filiados.

No fim das contas, Hélio foi presidente provisório, ocupou o cargo por indicação dos professores e fez parte de uma diretoria junto com outros docentes fundadores: Joel Pimentel de Ulhôa como vice-

-presidente, Ary Monteiro como 1º secretário, Zezuca Pereira como 2º secretário e Sérgio Paulo Moreyra como tesoureiro. A primeira presidente oficialmente eleita foi a professora Mindé Badauy, em 1979, tendo o professor Sérgio Paulo como vice.

## Militância

Sem advogados fixos, os representantes eram escolhidos em assembleia a partir de suas propostas. O maior desafio enfrentado até hoje, segundo Hélio, é a longa briga na justiça pela equiparação entre professores celetistas e estatutários e que

foi, também, o primeiro caso contra a universidade. A ação tramita desde 1988. O caso está explicado em detalhes na matéria da página anterior (12) desta mesma edição.

“Havia o caso dos professores que tinham ações contra a universidade. Eu era um deles. Eu acionava demais a universidade sobre o tratamento que se tinha com os professores”. Segundo Hélio, como não havia nenhum tipo de representação, os professores entravam individualmente com requerimentos junto à administração. “E a reitoria indeferia tudo, simplesmente. Se você quisesse um advogado, tinha que pagar particular”, explica. Daí a necessidade de uma organização.

Hélio concorda com o professor Sérgio ao dizer que foi um período de bastante militância: “Começamos a interferir em tudo. A participar ativamente de todas as atividades e questões e ao mesmo tempo participando em Brasília. Eu participava desde o início dos debates, dos congressos”. Ele lembra que o primeiro grande desafio foi dar voz aos aposentados e pensionistas. “Na época só as mulheres entravam como pensionistas”, disse ele. O professor completa que “sempre foi a classe massacrada. E os aposentados viviam praticamente isolados da universidade”.

Joel Pimentel, também fundador da associação e ex-reitor da UFG, enxerga com bons olhos o progresso do Adufg Sindicato nestes 40 anos: “Nosso sindicato dá um testemunho histórico da sua importância como defensor de valores que são fundamentais para o ser humano. O respeito à dignidade da pessoa, ao livre-arbítrio, à liberdade. De lá pra cá, o sindicato tem dado mostras de que tem sabido defender estes princípios”.

Arquivo Adufg



Foram arrecadados 4.600 cruzeiros para a criação



Comemoração dos 10 anos da Associação Adufg, no auditório do ICB I

Sara Machado Luna



O lançamento do Dicionário na FE

## Três séculos de história da educação em Goiás

Autores e docentes reúnem biografias de pessoas que marcaram o ensino em Goiás

Organizado pela professora Diane Valdez (FE), o *Dicionário de Educadores e Educadoras em Goiás: Séculos XVIII e XXI* reúne 104 verbetes biográficos com personalidades goianas ligadas à educação goiana em diferentes momentos da história.

A obra, construída ao longo de seis anos, conta com a participação de 120 autores, 30 deles ligados à Faculdade de Educação. O lançamento foi em 2017, quando a FE comemorou 50 anos desde a criação.

A professora afirma que a motivação para produzir o dicionário parte da necessidade de escrever a história da educação regional sob vários aspectos. “As biografias prazerosamente são um deles”, diz Diane Valdez.

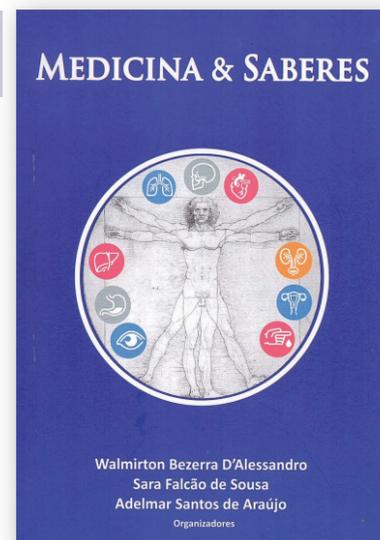
O livro tem como referência o *Dicionário de Educadores do Brasil: da colônia aos dias atuais*, de Fávero e Britto. E não traz apenas a biografia de educadores famosos, mas também conta a história de homens e mulheres que ensinaram sob diferentes perspectivas e contribuíram para a formação de diversas gerações. O livro traz práticas que ainda fazem parte do ensino na atualidade.

A obra impressa não está disponível para venda, mas é possível acessar o Dicionário completo gratuitamente em versão digital no site do Cegraf. A primeira edição impressa será em distribuída entre os autores e em bibliotecas públicas.

### MEDICINA & SABERES

**Walmirton Bezerra D’Alessandro, Sara Falcão de Sousa, Ademar Santos de Araújo**  
 Editora Kelps / 126 páginas

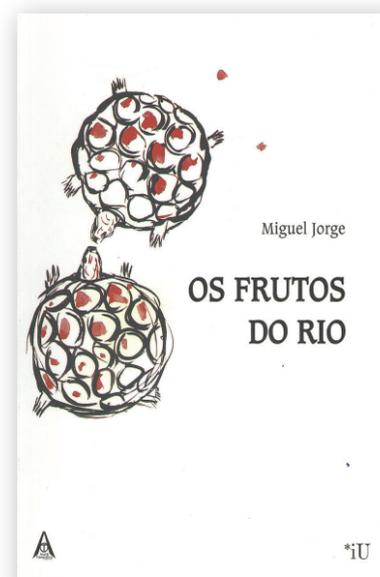
Trata da medicina com interdisciplinaridade e flexibilidade, contribuindo para a união da pesquisa e do conhecimento científico. “[...] O mundo tecnológico, a sociedade, os estados de Goiás, Tocantins e Acre e a área da saúde são beneficiados em decorrência do espírito público de professores, profissionais e acadêmicos que buscam o saber científico”, afirma o professor Walmirton Tadeu D’Alessandro no prefácio.



### OS FRUTOS DO RIO / LOS FRUTOS DEL RÍO

**Miguel Jorge**  
 Editora da Imprensa Universitária / 176 páginas

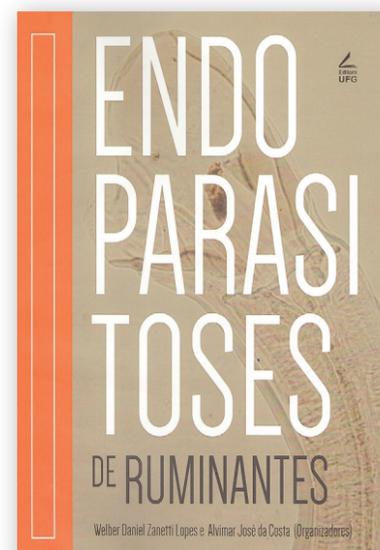
O livro, em edição bilíngue (português/ espanhol), apresenta poemas inspirados no Rio Araguaia. Graduado em Farmácia e Bioquímica pela UFM, Miguel Jorge é escritor mato-grossense que cresceu em Goiânia. Ele estreou na literatura em 1967, com o livro de contos *Antes do Túnel*.



### ENDOPARASITOSES DE RUMINANTES

**Welber Daniel Zanetti Lopes, Alvimar José da Costa**  
 Editora UFG / 242 páginas

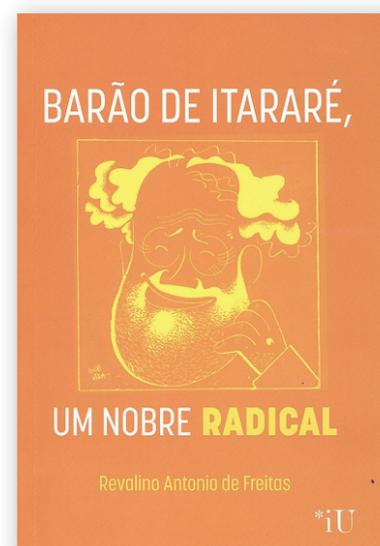
Paralelamente à expansão e modernização da criação de ruminantes no Brasil, a obra serve como ferramenta técnica e aplicada para auxiliar produtores e graduandos das Ciências Agrárias em relação as endoparasitoses que afetam esses animais.



### BARÃO DE ITARARÉ, UM NOBRE RADICAL

**Revalino Antônio de Freitas**  
 Editora Imprensa Universitária / 136 páginas

Fugindo do modelo biográfico tradicional, o livro traz os aspectos de vida de Apparício Torelly, sem se estender à produção intelectual do Barão. O personagem é apresentado como jornalista, humorista, intelectual público humanista e um pensador radical.



# Nova Diretoria Executiva e novo Conselho Deliberativo do Proifes-Federação tomam posse

Cinco membros do Adufg-Sindicato estão nas novas composições

Foi empossada a nova Diretoria Executiva do Proifes-Federação, além do novo Conselho Deliberativo (CD) e Conselho Fiscal, no último 16 de fevereiro na sede da entidade, em Brasília. Quatro membros do Adufg Sindicato fazem parte das novas composições. O presidente do sindicato, Flávio Alves da Silva, integra o Conselho Deliberativo, assim como Geci José Pereira da Silva, Geovana Reis e Daniel Christino. Já o professor Abraão Garcia Gomes está no Conselho Fiscal.

O professor Flávio, que era vice-presidente na gestão anterior, também faz parte da nova diretoria, assumindo a posição de tesoureiro e diretor de Assuntos Educacionais do Magistério Superior. A diretoria é encabeçada por Nilton Ferreira Brandão (SindiEduc), que assume os cargos de presidente e diretor de Assuntos Jurídicos. Na vice-presidência está a professora Luciene

Fernandes (Apub-Sindicato). O ex-presidente, Eduardo Rolim (UFRGS), assume as posições de 2º tesoureiro e de diretor de Relações Internacionais.

“O Adufg deve estar atento para a defesa da carreira e também colocar na pauta nacional assuntos relevantes para o trabalho docente que passam despercebidos”, declarou o professor Geci José. Para tanto, ele diz que é preciso ter nos grupos de discussões pessoas com experiência de gestão que conhecem as dificuldades do gestor local em cumprir certas demandas. E completa: “é preciso desatar este nó através da Federação, proporcionando mais tranquilidade e condições para que o professor possa desempenhar seu papel com sucesso e sentimento de justiça”.

“A gestão anterior foi difícil, enfrentamos bastante dificuldade com o governo, foram negociações muito complicadas”, afirma o presidente

do Adufg, professor Flávio. Ele lembra que o governo fez um corte profundo de recursos e de que “há quase dois anos não senta conosco para negociar, o que tem complicado demais as nossas ações”. O professor ainda explica que o acordo assinado em 2015 teve vários pontos não cumpridos (leia nota ao lado).

Para o triênio 2018-2020, o recém-eleito presidente do Proifes-Federação Nilton Brandão, prevê muitos desafios. “Precisamos nos unir, juntar forças para combater o ataque do governo ao serviço público, é um ataque muito violento”, defende. Para Brandão, as atuais políticas governamentais e propostas de reformas são como “terra arrasada”, em que todos sairão prejudicados: “É um ataque ao direito do cidadão, especialmente os que afetam a educação, pois a demanda só aumenta e, enquanto isso, faltam recursos”.

Bruno de Vizia / Proifes-federação



Posse das equipes para a gestão 2018-2020 do Proifes-Federação

## Reestruturação de carreira para 2018 é incerta

Até o momento, a MP que adia o pagamento está suspensa devido a uma liminar

O pagamento da reestruturação de carreira para os professores das Instituições Federais de Ensino (IFEs) para este ano ainda está incerto e depende de manutenção de uma liminar contra a Medida Provisória (MP) 805/2017.

A MP propõe a suspensão dos reajustes salariais a todas as categorias de servidores federais. Além disso, altera de 11% para 14% a alíquota previdenciária dos servidores públicos federais. Em dezembro de 2017 o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski concedeu uma liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que suspendeu a aplicação de artigos da MP 805/2017.

Mas a liminar de Lewandowski pode ser mantida ou revogada pelo STF e até a data de fechamento do JP a pauta não havia sido votada. A primeira parcela da reestruturação de carreira dos docentes foi paga em setembro de 2017, conforme acordo fechado em 2015 e sancionado pelo próprio Governo Temer em 2016. O acordo previa o restabelecimento da lógica na tabela salarial em três etapas: 2017, 2018 e 2019.

A segunda parte estava prevista para agosto desse ano. Mas a MP propõe que ela seja adiada para 2019. A liminar faz com que a segunda parcela da reestruturação de carreira volte a valer para 2018. E o desconto previdenciário é mantido em 11%.

Apesar das ações protocoladas contra a MP e de todas as tentativas de negociação por parte do Proifes-Federação, o Governo Temer se manteve irredutível. 373 mil servidores foram atingidos pela MP: 186.737 são docentes ativos e inativos, segundo o jornal O Estado de S. Paulo.

A justificativa para o adiamento é de que a queda na arrecadação pelo Governo Federal impossibilitou o pagamento no prazo originalmente previsto. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, chegou a afirmar que o adiamento dos reajustes resultaria em uma economia de R\$ 5,1 bilhões aos cofres públicos.

# De Niterói para o mundo

O professor Luiz Medalha passou 11 anos na Emac, mas antes levou seu talento de pianista pelo mundo afora

José Abrão



*O pianista fluminense que firmou os pés, fez amizades e uma carreira acadêmica em Goiânia*

Aos 75 anos de idade, o pianista Luiz Medalha ainda traz na conversa e no jeito o bom humor fluminense e a humildade que esconde dos desavisados a carreira estelar de um dos professores mais conhecidos da Escola de Música e Artes Cênicas (Emac) da UFG. Docente na universidade entre 1997 e 2008, Medalha começou a dar aulas em Goiânia ainda em 1971, quando veio à cidade pela primeira vez, a convite do seu mentor, o pianista Arnaldo Estrella. “Ele me perguntou: ‘você iria a Goiânia?’. E eu disse: ‘onde?’”, relembra. Assumindo os alunos de Estrella, tinha gente de Goiânia que ia todo mês ter aula no Rio, até que ele concluiu que era melhor ele vir dar as aulas uma vez por mês na capital goiana.

Criado num bairro de casarões na Praia do Caraí, ele conta que começou a tocar desde cedo. “Eu nasci em 1942 e nessa época toda casa tinha piano, tinha sempre uma tia que tocava”. Luiz tem uma irmã mais velha, jornalista de profissão e poeta de coração, que foi para São Paulo e fez amizade com Carlos Drummond de Andrade. Além de outra irmã, Marília Medalha, cantora desde muito jovem: os dois cultivaram amizades com Nelson Freire, Sérgio Mendes, Tom Jobim, Vinícius de Moraes, Glauber Rocha, Caetano Veloso e outras grandes figuras do meio cultural brasileiro. “A família toda de artistas, menos os pais!”, brinca o pianista.

Enquanto Marília se envolvia

com os Novos Baianos e a Bossa Nova, Luiz estava longe, na Europa. Ganhou seu primeiro concurso nacional de piano aos 17 anos em evento patrocinado pelo O Globo. A conquista chamou a atenção do pianista Jacques Klein, que o tomou como pupilo. “Ele não tinha papa na língua e me disse ‘olha, você tem um talento descomunal, mas está tudo errado!’. E devo muito a ele porque entendi o que ele quis dizer com essa frase”, conta Medalha, que credita a Klein a sua guinada profissional. Mas logo Klein o passou para outro professor e seu mentor definitivo, Arnaldo Estrella. Com ele, Medalha se preparou para o então concurso musical mais difícil do Brasil: o Concurso Nacional de Piano da Bahia, realizado em Salvador. “Levava 15 dias e não tinha faixa etária. Menino de 12 anos competia com quem tinha 30”, explica. Ele venceu.

Na premiação, uma agenda de concertos em grandes casas brasileiras, todas com cachê, mas o melhor era uma bolsa de estudos de seis meses para Paris. Medalha foi e só voltaria definitivamente para o Brasil em 1973. Nesse meio tempo, estendeu a bolsa na França e conquistou outras em Budapeste (Húngria), na respeitadíssima Academia Liszt, e em Hanover (Alemanha). “Fiquei uns dois anos e meio em Paris, ganhei uma bolsa em Budapeste. Fui estudar na Academia Liszt. Alto, alto padrão”,

relembra, e brinca sobre a barreira linguística. Ele já sabia francês, mas conta que na Alemanha teve que se virar. “Quando cheguei lá só sabia dizer ‘danken’ aí passei quase dois meses tendo cinco horas de aula de alemão por dia”.

Luiz viveu uma grande jornada para quem sairia do Brasil por apenas seis meses. “Foi uma trajetória totalmente inesperada, foi acontecendo. Eu diria que tive boas proteções, também, mas o talento sempre me abriu portas”. Morando na Europa, conquistou seu primeiro concurso internacional, na Itália, que o levou à sua principal realização: o título de *solistenprüfung*, o exame de solista na Alemanha. A prova não existe no Brasil e é tão difícil que rendeu ao professor a equivalência de doutorado. Ele recebeu o programa, difícilíssimo, com uns meses de antecedência para se apresentar para o auditório lotado.

## Enjoado do inverno

A volta ao Brasil aconteceu porque já era o momento: “Fui convidado pra ser professor na Alemanha, mas não fui. Eu já tinha enjoado... Lá você olha a previsão do tempo: -15°, -20°, céu fechado. Já tinha passado meu período de invernos”. Por aqui, além de concertos, foi lecionar, o que para ele já era vocação: desde adolescente, e também quando morava no exterior, dava aulas particulares. Se tornou assistente de Arnaldo Es-

trella. Pouco depois assumiu os alunos de seu mestre, bem como o seu lugar no Quarteto da Guanabara e tocou durante 10 anos pelo Estado do Rio de Janeiro.

Em 1996, época de concurso para a UFG, Medalha foi “praticamente intimado” a fazer a prova. Ele ingressou na universidade aos 52 anos de idade. Dos anos da Emac, guarda as lembranças com carinho e que não tem arrependimentos: “Me aproximei muito dos colegas da universidade. Sempre participo dos festivais, dos recitais. Isso também prova um vínculo bonito com a instituição”. Alguns estranharam a decisão de sair do Rio, mas Luiz alega que não sente falta da praia. “Quando eu ia ao Rio visitar os amigos eu até ia tomar um drinque em Copacabana mas não gostava da praia, de areia. Eu preferia ir pro interior, olhar o verde da Mata Atlântica do que ficar no meio daquela multidão de gente, aquele monte de pombo e de calor. Por que eu não vou ao Rio agora? Vai ver a temperatura lá, um horror! Aqui está um verão bem simpático (risos)”.

Por essas e outras veio a decisão de fazer Goiânia o seu lar definitivo. “Acho Goiânia uma cidade muito agradável de se viver. Hoje se tem tudo aqui. Não tenho queixa nenhuma. Os amigos que fiz aqui contam muito, tanto é que não fui embora. Senão eu já estaria longe”. “E gosto muito de empadão”, completa, “Não teve jeito”.